

O RIO ABANDONOU O TERRITÓRIO, COMO VOU CHEGAR À ESCOLA ?: PEDAGOGIA E RESILIÊNCIA EM UMA ESCOLA DO CAMPO NA AMAZÔNIA RIBEIRINHA

*EL RÍO HA ABANDONADO EL TERRITORIO, ¿CÓMO LLEGARÉ A LA ESCUELA?: PEDAGOGÍA Y
RESILIENCIA EN UNA ESCUELA DE CAMPO DEL AMAZONÍA RIBEREÑA*

 Rildo Alberto Pantoja ¹

 Heloisa da Silva Borges ¹

^A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil

Resumo

O estudo em questão abordou a resiliência pedagógica de professores e alunos ribeirinhos da Amazônia, em uma escola do campo localizada no rio Tarumã-Açu, no Estado do Amazonas. O objetivo da pesquisa foi analisar os efeitos da vazante e os impactos para a rotina escolar. A pesquisa seguiu uma abordagem quali-quantitativa, combinando revisão bibliográfica e coleta de dados empíricos. Os exemplos de produções bibliográficas consultadas incluem as pesquisas de Glória (2012), Costa (2021), Almeida, Marques, Batalha et al. (2019) e Alencar e Costa (2021). Os dados coletados por meio de questionários e entrevistas baseadas no registro oral de professores e estudantes mostram que, durante o período da estiagem e seca, quando o nível da bacia do rio Negro atingiu uma cota extremamente baixa, essa redução da cota fluviométrica, comprometeu o acesso ao ambiente escolar de forma que surgiram graves dificuldades de locomoção, revelando a vulnerabilidade da educação em regiões que dependem das condições fluviais para a continuidade das atividades educacionais. Entre os principais problemas destacam-se: baixa frequência escolar, estresse e cansaço devido as longas caminhadas terrestres, acidentes durante o trajeto, desidratação e exaustão térmica em decorrência do calor extremo e da exposição prolongada ao sol e impacto na realização de avaliações externas.

Palavras-chave: Resiliência pedagógica; Educação do campo; Vazante; Amazônia.

Resumen

El estudio en cuestión abordó la resiliencia pedagógica de profesores y estudiantes que viven a lo largo de la ribera del Amazonas, en una escuela rural ubicada sobre el río Tarumã-Açu, en el Estado de Amazonas. El objetivo de la investigación fue analizar los efectos del reflujo y los impactos en la rutina escolar. La investigación siguió un enfoque cuali-cuantitativo, combinando revisión bibliográfica y recolección de datos empíricos. Ejemplos de producciones bibliográficas consultadas incluyen investigaciones de Glória (2012), Costa (2021), Almeida, Marques, Batalha et al. (2019) y Alencar y Costa (2021). Los datos recopilados a través de cuestionarios y entrevistas basadas en registros orales de profesores y estudiantes muestran que, durante la estación seca, cuando el nivel de la cuenca del río Negro alcanzaba un nivel extremadamente bajo, esta disminución comprometía el acceso al medio ambiente escolar de tal manera que graves Surgieron dificultades de movilidad, revelando la vulnerabilidad de la educación en regiones que dependen de las condiciones de los ríos para la continuidad de las actividades educativas. Entre los principales problemas se destacan: baja asistencia escolar, estrés y cansancio por largas caminatas terrestres, accidentes durante el trayecto, deshidratación y agotamiento térmico por calor extremo y exposición prolongada al sol e impactos en la realización de evaluaciones externas.

Palabras clave: Resiliencia pedagógica. Educación rural. Reflujo. Amazonas

Recebido em: 15/10/2024 | 26/08/2025

Correspondência para: Rildo Pantoja (rildopantoja75@gmail.com)

INTRODUÇÃO

No território reconhecido mundialmente como o “paraíso das águas”, nos deparamos com um cenário de escassez de água, barcos encalhados em rios outrora caudalosos, mesmo em períodos mais secos, fauna e flora sofrendo, e comunidades lidando com o isolamento e a

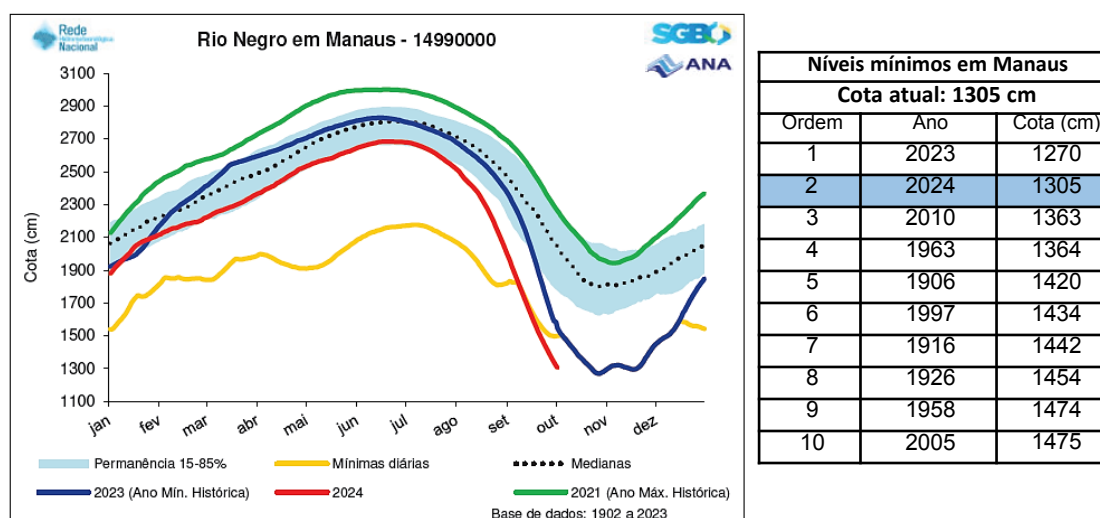




falta de água. A estiagem na Amazônia reduziu o volume dos rios para níveis mínimos em mais de 120 anos de medição, secando por completo em alguns trechos e afetando rios e tributários, e impactando milhões de pessoas que vivem na região.

Conforme os dados do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) as principais bacias, como as dos rios Negro e Solimões, estão enfrentando uma vazante abaixo da normalidade, caracterizando uma estiagem severa. As médias diárias de vazão, em torno de 15 centímetros, têm resultado em níveis de água alarmantemente baixos, expondo extensas áreas do leito dos rios (BRASIL).

Figura 01 - Comportamento anual do rio Negro em Manaus entre 2021 e 2024.



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2024.

Os gráficos acima exibem as cotas dos rios, conforme o processo hidrológico em que se encontram. Esses cotagramas trazem informações sobre a cota atual, máximas e mínimas diárias, medianas e os anos em que essas máximas e mínimas ocorreram. Com esses dados, é possível analisar as variações no nível da água ao longo do tempo, identificar tendências e entender os impactos das condições climáticas e ambientais na região. As curvas envoltórias, representadas pela faixa azul, delimitam os dados entre os percentis de 15% e 85% de permanência das cotas diárias. Na prática, isso significa que se as cotas atuais estiverem fora dessa faixa, deve-se estar atento, pois valores acima podem indicar um processo significativo de cheia, enquanto valores abaixo podem apontar para uma vazante acentuada.

Filizola (2019) explica que, na Amazônia, o agravamento das estiagens, exacerbado pelo fenômeno El Niño e pelo aquecimento do Atlântico Tropical Norte, resulta na redução das da cobertura hídrica da região. Para o autor, as consequências são diretas e profundas, pois a diminuição das chuvas inibe a formação de nuvens, ocasionando longos períodos de seca. Esses eventos causaram a redução dos leitos de rios importantes, lagos e igarapés, culminaram na mortandade de peixes e botos devido ao aquecimento das águas e à redução de oxigênio.

Com a queda do nível da água, comunidades que já eram isoladas ficaram ainda mais remotas, uma vez que dependiam dos rios, sobretudo para o transporte de pessoas. Nesse contexto, a educação foi um dos setores mais impactados, pois alunos e professores não



conseguiram chegar às escolas pelo sistema fluvial. Assim, diariamente, estudantes e professores enfrentam o desafio de conciliar a rotina escolar com as viagens para chegar às escolas.

Conforme discutido por Fraxe, Pereira e Witkoski (2007) sobre as dificuldades de circulação fluvial da população que trafega pelos rios, igarapés e cabeceiras da região Amazônica, os desafios de deslocamento são acentuados pela dialética desses cursos d'água. Para os autores, a dinâmica dos rios é influenciada por quatro estações climáticas que organizam o modo de vida da população ribeirinha: enchente (subida das águas), cheia: (nível máximo das águas), vazante (descida das águas) e seca (nível mais baixo das águas). Essas estações definem os períodos de maior ou menor dificuldade para o transporte e deslocamento na região, impactando diretamente a mobilidade e as atividades das comunidades ribeirinhas. Durante a cheia, as rotas fluviais costumam ser mais acessíveis, facilitando o transporte. No entanto, na vazante, as condições se tornam mais desafiadoras, exigindo que a população enfrente longas caminhadas e obstáculos naturais.

A pesquisa realizada por Glória (2012) na bacia do rio Tarumã, constatou que na época da vazante e seca, as escolas dessa bacia ficam isoladas; os trajetos por sua vez são realizados em longas caminhadas, pois o transporte escolar já não consegue navegar pelas vias fluviais, pelo fato de que nesse período os cursos d'água são interrompidos por obstáculos encontrados no leito do rio.

Corroboramos com essa discussão sobre a dinâmica ribeirinha durante as secas extremas. O baixo nível dos rios, aliado ao surgimento de bancos de areia, dificulta a passagem de embarcações. Aqueles que precisam enfrentar a seca para acessar a escola são obrigados a percorrer grandes distâncias a pé, pelo leito do rio, que se transforma em praias nesse período. Essa realidade torna o deslocamento ainda mais exaustivo e desafiador.

A cidade de Manaus, assim como outros municípios do Estado do Amazonas, possui um calendário escolar específico adaptado para as escolas do campo. Apesar da variação anual do nível da água e da ocorrência constante de estiagem e secas excepcionais, a maioria das escolas ribeirinhas do município segue esse calendário escolar como estratégia para lidar com as adversidades da natureza. Nas escolas ribeirinhas da rede municipal, particularmente aquelas localizadas na bacia hidrográfica do rio Negro, o ano letivo inicia-se em janeiro e termina na primeira quinzena de outubro.

O referido calendário escolar está em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O artigo 23, parágrafo único, da LDB estabelece que os calendários das escolas do campo devem ser adaptados às condições climáticas e ambientais locais, levando em consideração suas peculiaridades. Dessa forma, deve-se assegurar o cumprimento dos dias letivos e da carga horária exigida, garantindo que as particularidades do contexto não comprometam a qualidade da educação oferecida (BRASIL, 1996).

Afinal, para Saviani (2016), é fundamental que haja um currículo adequado a cada região, escola e até mesmo para cada turma, respeitando a realidade específica de cada contexto. Esse currículo deve ainda prever formas de flexibilização para lidar com as adversidades que surgem ao longo do ano letivo, garantindo a resiliência pedagógica e facilitando a prática educacional.

Nos últimos anos, tem-se observado um interesse crescente por estudos científicos que investigam como estudantes e professores das escolas do campo, especialmente no contexto amazônico, desenvolvem processos de resiliência frente aos eventos hidroclimáticos estes relacionados às mudanças climáticas antropogênicas. Exemplo dessas publicações pode ser acessada quando Glória (2012) reflete sobre o regime hidrométrico da Bacia do



Tarumã-Mirim, buscando produzir subsídios científicos, para adequar o calendário das escolas rurais ribeirinhas, localizadas na referida bacia e assim, oferecer melhores condições de acesso pelos discentes e docentes; Costa (2021) discute os desafios, as dificuldades e as perspectivas educacionais de alunos e professores da escola ribeirinha na Amazônia Marajoara, especificamente no rio Mapuá, município de Breves, PA; Almeida, Marques, Batalha et al. (2019) analisaram os desafios enfrentados pelos alunos em relação à problemática da vazante e suas implicações para o ir e vir em uma escola localizada no rio Jará, município de Parintins; Alencar e Costa (2021) discutiram o processo de resiliência pedagógica de professores de uma escola ribeirinha localizada no município de Careiro da Várzea-AM, margem direita do rio Amazonas.

Conforme, a definição difundida por Tavares (2014) no campo da pedagogia, a resiliência é entendida como uma estratégia que viabiliza de maneira prática e qualitativa a adaptação de professores e estudantes às situações adversas que surgem em seu ambiente de ensino, principalmente quando a realidade educacional está fora dos quesitos convencionais, como as escolas do campo por exemplo, que possuem um meio social diferenciado.

Nessa mesma direção, Grotberg (2005) acrescenta que o processo de resiliência no ser humano representa a capacidade de indivíduos, grupos ou comunidades de prevenir, minimizar ou superar os efeitos negativos de momentos difíceis. Essa habilidade envolve a adaptação e a superação diante de adversidades, permitindo que as pessoas encontrem maneiras de lidar com desafios e mantenham seu bem-estar.

Estamos, portanto, de acordo com Costa (2021), que enfatiza que, nas escolas ribeirinhas, a resiliência pedagógica está intrinsecamente relacionada às variações sazonais e os desafios específicos enfrentados durante os períodos de cheia e seca dos rios da Amazônia. Por isto, enfatizamos uma reflexão que contemple analisar o processo de resiliência pedagógica de professores e alunos de uma escola ribeirinha localizada no rio Tarumã-Açu, zona rural de Manaus, Estado do Amazonas, considerando a adaptação dos professores e alunos às situações adversas que surgem em seu cotidiano escolar.

Afinal, ao ser resiliente, o professor possibilita a construção de uma aprendizagem significativa e de qualidade, proporcionando ferramentas para a superação de situações problemas no âmbito escolar, em detrimento à mera repetição dos modelos prontos repassados pelas secretarias de educação (ARROYO, 2007).

É preciso, no entanto, ressaltar que, embora a presente pesquisa não seja a primeira a abordar a problemática da estiagem e seus efeitos em uma escola localizada na sub-bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açu, justificamos a escolha dessa temática ao evidenciar a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre o enfrentamento de eventos climáticos extremos por uma escola ribeirinha. Focando na resiliência de alunos e professores, bem como nas experiências e práticas da comunidade escolar, a pesquisa destaca a importância de integrar saberes tradicionais e científicos na elaboração de estratégias que mitiguem os impactos da estiagem e de outros fenômenos climáticos. Essa abordagem contribui para a compreensão do contexto que envolve a adaptação da comunidade escolar frente a desafios ambientais.

Todavia, por meio de observações preliminares e relatos de professores e alunos da escola Paulo César da Silva Nonato, percebe-se que a rotina escolar durante a estiagem e a seca se torna bastante difícil. Os desafios enfrentados incluem o acesso precário à escola, a necessidade de percorrer longas distâncias a pé e as condições adversas do terreno, que se transformam em praias de lama. Para embasar essa afirmação, foi crucial revisar fontes confiáveis que fornecem informações sobre a variação do nível do rio e as tendências



climáticas. Instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) e o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) frequentemente publicam estudos e relatórios relevantes que ajudam a entender melhor esses fenômenos e seus impactos na região.

Contudo, como destacado, a reflexão que ora realizamos se concentra na problemática da vazante e nas implicações que esse fenômeno climático e hidrológico causa para o acesso ao ambiente escolar. Dessa forma, buscamos contextualizar a interação entre educação e sazonalidade climática na região amazônica. Nesse sentido, o tema estudado combina uma abordagem quali-quantitativa com o método dialético e utiliza a pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas com base no registro oral de professores e estudantes como principal técnica de coleta de dados.

O PROCESSO EDUCACIONAL NO TERRITÓRIO RIBEIRINHO

No contexto da educação do campo na Amazônia, destacamos que as características remotas das comunidades ribeirinhas representam um obstáculo central. Devido à vasta dimensão dos territórios amazônicos, as escolas podem estar distantes, e a diversidade e especificidades presentes nesses locais geram dificuldades logísticas afetando a rotina de estudantes e profissionais da educação (ALMEIDA. et al, 2019).

Reforçando o entendimento Alencar e Costa (2021) complementam que na Amazônia, o processo educacional abrange diversos espaços, como terra, florestas, águas, savanas e cerrados. As comunidades ribeirinhas estão envolvidas em atividades relacionadas à produção agrícola, à pesca, à criação de animais e ao extrativismo tradicional, como o manejo da castanha, andiroba e açaí, que são fundamentais para o contexto econômico da população amazônica.

Com base nisso, entendemos que a vivência política e cultural dos povos ribeirinhos está intrinsecamente ligada à sua relação com a natureza, de onde retiram o seu meio de vida de maneira sustentável e em harmonia com o meio ambiente. Portanto, qualquer abordagem educacional para esse público deve considerar a sabedoria e o respeito pela natureza presentes em seu modo de vida. Rodrigues (2018) explica que, no contexto específico da educação para comunidades ribeirinhas, a escola deve estar ativamente engajada na promoção da organização social, simbólica e geográfica, integrando o território ribeirinho em suas atividades educacionais.

Pantoja, Borges e Oliveira (2025) explicam que compreender a educação do campo sob uma perspectiva espacial ribeirinha exige uma análise atenta aos sujeitos que compõem esse campo, suas vivências, territorialidades, anseios e modos de reprodução social e cultural. É imprescindível conceber a escola e o ensino a partir dessas realidades, considerando-as como ponto de partida, e não apenas como destino das políticas educacionais. Tal princípio é defendido em diversos projetos de educação emancipadora e pedagogias progressistas. Contudo, é igualmente crucial a consideração das contradições do modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado. Embora, os direitos desses sujeitos sejam reconhecidos em instrumentos normativos, como as políticas da educação do campo, as práticas e ações do próprio Estado frequentemente contradizem esse reconhecimento, negligenciando ou inviabilizando a materialidade desses direitos.

Essa relação de aprendizagem da vida em sociedade e com a natureza mediada pelo trabalho é apresentada para os sujeitos ribeirinhos desde antes da escola, tendo continuidade na interação com os membros mais velhos da comunidade. É um aprendizado que se dá no



cotidiano a partir das necessidades que vão se apresentando para a comunidade, mesmo porque a vida deles é composta de conteúdos de aprendizagem. Sabe-se sobre a construção dos equipamentos para desenvolvimento do trabalho no rio, na terra firme ou na floresta; sobre o efeito da maré; o melhor horário para pescar ou melhor horário para plantar a roça de mandioca (SANTOS, 2023).

Seguindo por esse caminho, entender a educação do campo na Amazônia ribeirinha, é fundamental considerar um conjunto de questões que delineiam um panorama rico de lutas e resistências. Esse universo específico requer uma imersão profunda para compreender as complexas relações sociais que constituem o território ribeirinho. Isso demanda perceber as visões de mundo, os interesses e as dinâmicas das organizações sociais e políticas dos sujeitos envolvidos.

Conforme a definição difundida por Oliveira (2015), os ribeirinhos são considerados “populações tradicionais” que se veem como integrantes da natureza, ajustando-se ao seu próprio tempo e espaço e fluindo com ela, em vez de dominá-la. Em outras palavras, as comunidades tradicionais ribeirinhas estabelecem relações sociais profundas, com o rio desempenhando um papel central e significativo em suas vidas:

Nas extensões dos rios, os ribeirinhos dependem de embarcações para se deslocarem de casa em casa e/ou até a escola. Independentemente da distância, o uso de transporte fluvial é essencial para o deslocamento de pessoas e objetos. Entre as embarcações mais comuns estão os barcos, cascos, rabetas e canoas, embora existam outras que são utilizadas conforme a necessidade de transporte. Essa dependência do transporte fluvial destaca a importância da infraestrutura adequada e de políticas que garantam o acesso seguro e eficiente às comunidades ribeirinhas, especialmente em contextos de estiagem ou cheia (Oliveira, 2015, p. 25):

Santos (2023) argumenta que a identidade ribeirinha não se forma apenas pela proximidade das casas com o rio, mas também pela dinâmica de trabalho que envolve o rio e a relação com a natureza. É essa conexão que define o ribeirinho como pescador, barqueiro ou canoeiro, e é sobre suas águas que essa identidade se constrói.

No mesmo contexto, Cristo (2021) destaca que a educação nas áreas amazônicas deve, portanto, refletir essas singularidades, que podem ser classificadas em várias categorias, como ecossistemas diversificados, hidrografia complexa, economia de subsistência, integração com a natureza, adaptação ao ciclo das águas, diversidade cultural e práticas tradicionais. Essas especificidades demonstram que a adaptação às condições locais e o conhecimento profundo do ambiente são essenciais para a sobrevivência e a cultura das populações amazônicas, sendo fundamentais para a construção de uma educação contextualizada e relevante.

Destarte, nas comunidades ribeirinhas, as escolas enfrentam anualmente as mudanças naturais dos rios, o que exige a consideração de necessidades específicas nas estratégias de planejamento e gestão educacional. Essas variações sazonais demandam adaptações constantes nas práticas diárias, influenciando desde o acesso à educação até a produção e o comércio local. Nesse contexto, os educadores e estudantes precisam de preparo físico e emocional para enfrentar os desafios e desenvolver mecanismos de resiliência.

Desse modo, Costa (2021), em seus estudos no arquipélago do Marajó, indica que a escola do campo deve promover um ensino que respeite os saberes, a diversidade e as práticas sociais. Nessa perspectiva, o autor defende a concepção de um currículo interdisciplinar que considere a realidade e as necessidades educativas dos alunos como ponto de partida, assim como as peculiaridades sociais, econômicas e políticas das comunidades ribeirinhas da Amazônia.



Entretanto, a partir da análise do embasamento teórico, sustentamos a tese de que o estudo da interconexão entre a educação do campo e o processo de resiliência pedagógica é fundamental para que educadores e alunos desenvolvam práticas que respondam às adversidades locais. As adaptações estruturais e curriculares configuram-se como mecanismos essenciais para superar os desafios enfrentados por uma escola em ambiente ribeirinho, permitindo que os professores integrem em suas aulas elementos do ambiente geográfico, do modo de vida, da cultura e dos costumes pertinentes à realidade do lugar.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, sem perder de vista o objeto de estudo, para discutir o problema, optou-se por uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, fundamentada no materialismo dialético. Esta abordagem filosófica investiga como as condições materiais e as interações sociais influenciam o desenvolvimento histórico e social, buscando compreender a complexidade das mudanças sociais e a natureza da realidade. A escolha do método dialético para a discussão da resiliência pedagógica de alunos e professores em uma escola ribeirinha é motivada pela sua capacidade de revelar como a luta por acesso à educação se manifesta nas ações de resistência da comunidade escolar, que buscam soluções para contornar as dificuldades. Esse procedimento promove uma abordagem crítica e reflexiva, onde as experiências vividas durante a estiagem informam e transformam a prática pedagógica.

Quanto aos meios de investigação trata-se de uma pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas com base no registro oral de professores e estudantes como forma de recolhimento dos dados. Em relação aos fins trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Baseando-se na natureza da pesquisa, nos métodos de investigação e na abordagem metodológica, as fontes utilizadas para a análise e interpretação dos dados incluíram desde obras que abordam a resiliência pedagógica em contextos educacionais na Amazônia, até trabalhos acadêmicos que forneceram dados empíricos e discussões teóricas relevantes, especialmente sobre a realidade educacional da região. Foi dado ênfase, nesse sentido, a pesquisadores da região Amazônia ou que estudam a temática em questão e que já contribuíram com produções relevantes para esse campo de estudo proporcionando uma base teórica sólida e contextualizada.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Professor Paulo César da Silva Nonato, situada na bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açu, na zona oeste da capital do Estado do Amazonas, na Amazônia Ocidental. Esta sub-bacia Amazônica tem o rio Tarumã-Açu como corpo hídrico principal e 13 afluentes, entre eles o igarapé do Tiú, onde está localizada a escola. A escola atende um público oriundo de oito comunidades locais: Nova Esperança, Cooperativa, Agrícola da Paz, Caniço, além das comunidades indígenas Gavião, Karapanã e I'nhã-bé. Dentre as atividades econômicas desenvolvidas entre as famílias predominam agricultura familiar, pesca, extrativismo, comércio, turismo e lazer, além de setores como a indústria naval e serviços públicos municipais e estaduais se apresentam como importantes fontes de renda. É importante ressaltar que essas comunidades estão diretamente sujeitas às variações do regime de cheia e vazante do rio Negro e seus afluentes, aspectos que influenciam profundamente a organização socioterritorial e econômica das comunidades, interferindo desde as práticas produtivas até o dinamismo socioespacial.

Para alcançarmos os objetivos propostos estudou-se uma amostra indivíduos dessa realidade educacional representada por: quinze (15) alunos do Ensino Fundamental II e 10 (dez) professores que em seus testemunhos relataram as dificuldades enfrentadas durante a



vazante e seca na bacia do rio Negro. Nas entrevistas, o questionário foi dividido entre questões referentes: experiência com eventos climáticos; desafios de saúde e segurança; medidas e adaptações; flexibilidade curricular e; transporte e logística.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Resiliência pedagógica na educação do campo: desafios enfrentados por alunos ribeirinhos.

A partir da coleta dos dados empíricos reafirmamos a influência do comportamento hidrológico na organização educacional dos estudantes e professores da Escola Paulo César da Silva Nonato. Identificamos que os efeitos dos eventos climáticos e hidrológicos, como a estiagem e a vazante dos rios tiveram impacto na rotina da comunidade escolar. Os reflexos dessas dificuldades afetaram a circulação do transporte escolar fluvial, resultando em um aumento no tempo de deslocamento e na frequência escolar. Além disso, as alterações no calendário escolar comprometeram a continuidade do aprendizado, e a realização de avaliações externas.

Em relação aos problemas referentes à redução das cotas fluviométricas no cotidiano dos estudantes entrevistados. Considerando os dados coletados, 33,3% dos alunos mencionaram dificuldades com o transporte devido ao baixo nível da água, afetando a frequência escolar. Uma parcela considerável, 26,7 % dos alunos consultados teve que caminhar longas distâncias, o que pode ser cansativo e desmotivador. Outro dado relevante é que 20% dos entrevistados relataram um aumento no tempo de deslocamento até a instituição de ensino, tornando o trajeto mais desgastante. A redução da frequência do transporte escolar foi identificada por 6,7% dos alunos, o que complicou ainda mais o acesso à educação. Esses estudantes também enfrentaram mudanças em seus horários de acordar e dormir, afetando negativamente suas rotinas e a qualidade do sono. Por fim, 6,7% relataram problemas relacionados ao abastecimento de água, o que prejudicou a qualidade de vida de maneira geral.

Quando o rio seca, tudo fica mais difícil pra gente. Um monte de aluno aqui tem problema pra chegar na escola porque a água tá muito baixa e as lanchas não conseguem passar direito. Muita gente acaba tendo que percorrer longas distâncias, o que deixa a gente cansada e, às vezes, até desanimado. Fora isso, o tempo de viagem aumenta, então a gente passa mais tempo no caminho até a escola. Às vezes, o transporte escolar não vem, e aí fica ainda pior. Com tudo isso, a gente tem que acordar mais cedo e dormir mais tarde, o que atrapalha nosso descanso. E não é só isso, a seca também afeta o abastecimento de água, então até as coisas do dia a dia ficam complicadas. Mas a gente segue tentando, porque estudar é importante. (M. Z. Comunidade indígena Gavião – rio Tarumã, em set. 2024).

De modo geral, o tempo e o esforço físico exigidos para chegar à escola intensificaram os sentimentos de cansaço e estresse, sobretudo por que os trajetos envolviam longas caminhadas. Com a seca severa, os rios se transformaram em extensas áreas lamacentas (leito do rio), obrigando estudantes e docentes a percorrerem terrenos acidentados antes da paralisação das aulas presenciais.

Analisando o tempo adicional necessário para chegar à escola durante a estiagem, percebemos uma realidade desafiadora para os estudantes. A maioria (47,4%) relatou que o deslocamento extra levou de 50 minutos a 1 hora. Em contrapartida, 21,1% indicaram que o



tempo adicional foi inferior a 30 minutos, enquanto outros 21,1% enfrentaram um aumento de 1 a 2 horas no trajeto e para 10,5% dos estudantes o deslocamento levou mais de 2 horas:

As dificuldades só vão aumentando, temos que tomar cuidado na caminhada, se não, podemos tropeçar em raízes e cair na lama, e se machucar. Nós saímos das nossas casas bem cedo, atravessamos o rio a lancha pára, e temos que caminhar bastante por causa da distância para a escola que fica muito longe. (P. P. S. Comunidade indígena Karapanã – rio Tarumã, em set. 2024).

Figura 1 – Trajeto realizado pelo leito seco.



Fonte: Pantoja, 2024.

Figura 2 – Trajeto feito em uma extensa área lamacenta.



Fonte: Pantoja, 2024.



Adiante as informações destacam os principais problemas que afetam os estudos com a vazante do rio Tarumã. Primeiramente, a alta porcentagem de estudantes (46,7%) que mencionam dificuldades em acompanhar o conteúdo das aulas. Inclusive, 20% dos alunos relataram ter perdido aulas importantes, comprometendo a compreensão de conteúdos essenciais. Os desafios não param por aí: os problemas com a entrega de tarefas, também mencionado por 20% dos alunos, indicando os desafios em manter uma rotina de estudos consistente. Por último, a redução do tempo de estudo, relatada por 13,7% dos alunos, evidencia como a estiagem afeta não apenas o acesso à escola, mas também a dedicação ao aprendizado em casa.

A gente enfrenta muita dificuldade pra chegar na escola, e isso acaba atrapalhando nosso aprendizado. Quase metade dos alunos aqui tem dificuldade em acompanhar o conteúdo porque, às vezes, a gente chega atrasado ou muito cansado. Eu mesmo já perdi aulas importantes e depois fica difícil entender o que o professor tá explicando. Além disso, quando a seca aperta, fica mais complicado entregar as tarefas, porque nem sempre dá pra manter uma rotina de estudos certinha. E com menos tempo pra estudar em casa, a gente sente que tá ficando pra trás. (N. G. B. Comunidade Santa Maria – rio Tarumã, em set. 2024).

Os dados coletados sobre os desafios enfrentados pelos estudantes para chegar à escola revelam problemas significativos. O estresse e o cansaço, citado por 40% dos entrevistados, expressam o impacto físico e emocional do trajeto. Além disso, 26,7% dos discentes enfrentaram dificuldades em manter o ritmo de aprendizado. Outros 20% relataram acesso limitado a materiais e recursos educacionais. Os problemas de saúde, apontados por 13,3% dos alunos relacionados ao esforço físico, destacam as consequências negativas de uma rotina desgastante.

Em relação à participação nas aulas remotas, os principais desafios enfrentados foram variados. Cerca de 46,7% dos alunos relataram a falta de equipamentos adequados, como computadores e celular, como um obstáculo significativo. Soma-se a isto, 20% dos alunos informantes que mencionaram dificuldades de acesso a materiais didáticos, essenciais para o aprendizado. Outro grupo representado por 26,7% enfrentou problemas com a conectividade ou tecnologia, o que dificultou sua participação nas aulas. Por fim, 13,3% destacaram a falta de interação com professores e colegas, afetando a motivação e o engajamento.

Estudar remotamente foi muito difícil pra gente. Muitos de nós não tinham um celular bom ou um computador para acompanhar as aulas, e isso já tornava tudo mais complicado. Além disso, nem sempre conseguíamos os materiais didáticos necessários, o que dificultava ainda mais o aprendizado. Outro problema grande foi a internet, que falhava bastante ou nem funcionava em algumas áreas, atrapalhando nossa participação. E, pra piorar, a gente quase não tinha contato com os professores e colegas, o que deixava tudo mais desanimador. Sem essa troca, ficou difícil entender as matérias e se manter motivado pra estudar. (M. R. L. Caniço – rio Tarumã, em set. 2024).

Ao questionarmos os estudantes sobre como eles ou suas famílias enfrentaram os problemas causados pela estiagem no transporte escolar fluvial, a maioria, 53,3%, buscou alternativas de transporte, demonstrando um esforço para garantir o acesso à escola. Outros



26,7% ajustaram os horários de chegada e saída, adaptando suas rotinas às dificuldades do transporte. Adicionalmente, 13,3% procuraram apoio da escola ou da comunidade, ressaltando a importância da colaboração em tempos de crise. Por fim, 6,7% mudaram temporariamente o local de residência, uma medida extrema que expressa a gravidade da situação. Esses dados mostram a resiliência e a adaptação dos alunos e suas famílias diante dos desafios impostos pela estiagem.

Quando a seca chega e o rio baixo, a gente precisa dar um jeito pra continuar indo pra escola. A maioria daqui tenta conseguir outro meio de transporte, seja pegando carona ou usando uma canoa menor. Tem gente que precisa mudar os horários, saindo mais cedo de casa e voltando mais tarde, porque o trajeto fica mais difícil. Algumas famílias pedem ajuda pra escola ou pros vizinhos, porque todo mundo se apoia nesses momentos. Mas tem quem precisa até sair de casa e morar em outro lugar por um tempo, só pra não perder as aulas. A gente faz o possível essas pra continuar estudando, mesmo com todas as dificuldades. (E. S. L. Caniço – rio Tarumã, em set. 2024).

Resiliência pedagógica na educação do campo na perspectiva de professores ribeirinhos.

Em relação ao posicionamento dos professores sobre os desafios de deslocamento até a escola durante a vazante do rio Tarumã-Açu, as entrevistas revelaram vários desafios enfrentados. A maioria (30%) dos professores destacou a dificuldade em chegar à escola devido ao baixo nível dos rios, o que comprometeu o acesso e resultou em atrasos frequentes, além de, em alguns casos, levar à suspensão das aulas. O aumento no tempo de espera para o transporte escolar fluvial, foi mencionado por 20% dos professores, impactando diretamente a rotina dos docentes. O encalhamento em bancos de areia ou áreas rasas foi outro problema apontado por 20% dos docentes, estes obstáculos naturais dificultaram a circulação das embarcações interrompendo potencialmente o percurso do transporte escolar. Além das questões mencionadas, 20% dos professores relataram dificuldades das embarcações em encontrar rotas seguras, o que aumentou a insegurança durante os trajetos. Ademais, 10% dos docentes apontaram alterações nos pontos de embarque e desembarque, resultando em confusão e transtornos para a organização do transporte escolar.

Durante a vazante do rio Tarumã-Açu, chegar à escola se torna um verdadeiro desafio. O nível da água fica tão baixo que muitas vezes não conseguimos passar com a lancha, o que causa atrasos e, em alguns casos, até suspensão das aulas. Além disso, o tempo de espera pelo transporte aumenta, e ficamos insatisfeitos sem saber ao certo quando conseguiremos chegar. Já aconteceu de um bote encalhar em bancos de areia ou em áreas muito rasas, interrompendo o trajeto e tornando a viagem ainda mais difícil. Outro problema é que, com o rio mais seco, fica complicado encontrar rotas seguras, o que aumenta nossa preocupação durante o percurso. E, como se não bastasse, os pontos de embarque e desembarque mudam, deixando tudo ainda mais confuso e desorganizado apesar de todas essas dificuldades, seguimos firmes, porque sabemos da importância da nossa presença para os alunos (A. M – Escola Paulo César da Silva Nonato – rio Tarumã – Açu, set. 2024).

Sobre os impactos da vazante na rotina diária dos professores entrevistados, 60% citaram as longas distâncias que precisaram percorrer para chegar à escola. Essa situação acentuou o estresse e o cansaço decorrentes do trajeto, tornando o deslocamento exaustivo. Ademais, 20% mencionaram o aumento no tempo de deslocamento até a instituição de ensino, comprometendo a pontualidade e o planejamento. Outros 20% indicaram alterações nos horários de acordar e dormir, impactando negativamente a saúde e bem-estar. Por último,



10% relataram mudanças no horário de saída do ponto de embarque, o que causou confusão e atrasos:

O horário de trabalho continua o mesmo; as dificuldades só aumentam a cada dia; e por conta disso a Semed sabe que esse fenômeno acontece nos últimos anos e ainda assim mantém sua rotina; lembrando que professores e alunos passarão a caminhar embaixo desse sol de quase 40° graus (M. S. C – Escola Paulo César da Silva Nonato – rio Tarumã – Açu, set. 2024).

Figura 3 – Caminhada em meio a obstáculos naturais e condições adversas do terreno.



Fonte: Pantoja, 2024.

Figura 4 – Trajeto feito em trechos lamacentos com risco de atolamento e acidentes.



Fonte: Pantoja, 2024.



Quanto aos problemas de saúde e segurança enfrentados pelos professores devido às dificuldades para chegar à escola, os dados revelam os seguintes desafios: 35% dos professores consultados citaram estresse e cansaço, evidenciando o impacto físico e emocional da rotina, 20% apontaram calor e desidratação como problemas significativos, enquanto 15% relataram dificuldades respiratórias decorrentes das queimadas na região Amazônica, um risco ambiental sério. A exposição a condições climáticas extremas, como o sol intenso, foi mencionada por 10% dos docentes, o que agrava ainda mais os riscos à saúde. Adicionalmente, 10% destacaram o aumento do risco de acidentes durante o trajeto e 10% citaram a longa caminhada por trilhas lamacentas (leito do rio) antes do encerramento das aulas presenciais.

Chegar até a escola não é apenas uma questão de transporte, mas também de saúde e segurança. A rotina é cansativa e estressante, e muitos de nós sentimos o impacto físico e emocional disso no dia a dia. O calor intenso e a desidratação são constantes, principalmente quando o nível do rio baixo e precisamos percorrer longas distâncias. Além disso, as queimadas na região nossa respiração, tornando o ar pesado e difícil de suportar. O sol forte castiga ainda mais, e o risco de acidentes durante o trajeto é grande, seja por encalhamentos das embarcações, seja pelas trilhas lamacentas que precisamos enfrentar. (L. S. M – Escola Paulo César da Silva Nonato – rio Tarumã – Açu, set. 2024).

A respeito das alterações no calendário escolar, os dados revelaram que 60% dos professores entrevistados indicaram mudanças nas datas de início e término do ano letivo, o que afetou a continuidade do aprendizado, 20% mencionaram modificações no horário das aulas e na carga horária das disciplinas, refletindo adaptações necessárias diante da situação. Outros 10% relataram interrupções nas aulas devido à falta de infraestrutura, como água e ventilação, um problema crítico que compromete as condições de ensino. Por fim, 10% dos professores mencionaram o cancelamento ou adiamento de atividades extracurriculares:

Durante o período da estiagem, creio que deveria ser implementado somente um horário único de aula para todas as turmas, visto que os alunos do turno vespertino ficam no prejuízo, já que as aulas da tarde têm o seu período reduzido, devido ao tempo a mais que eles levam para se chegar a escola (E. G – Escola Paulo César da Silva Nonato – rio Tarumã – Açu, set. 2024).

Conforme a perspectiva dos professores entrevistados, os desafios enfrentados devido às alterações no calendário escolar causadas pela estiagem também foram expressivos. A maioria, representando 80%, destacou as implicações na preparação para avaliações e exames como o principal desafio, 15% citaram problemas de adaptação às novas datas e horários, e 5% relataram dificuldades na continuidade do aprendizado e na realização de atividades planejadas. Esses resultados ilustram a pressão significativa que as condições climáticas exercem sobre o ambiente educacional.

A estiagem afetou muito o nosso planejamento escolar. O maior problema foi a preparação dos alunos para as avaliações e exames, porque as mudanças no calendário afetam as datas das avaliações, o ritmo de aprendizado e a sequência dos conteúdos. Além disso, tivemos que nos adaptar rapidamente a novos datas e horários, o que nem sempre foi fácil. Também enfrentamos dificuldades para manter a continuidade do ensino e cumprir as atividades. Essas situações mostram como as condições climáticas podem impactar diretamente a educação, exigindo de nós, professores, muita flexibilidade (M. L – Escola Paulo César da Silva Nonato – rio Tarumã – Açu, set. 2024).

Nesta parte apresentam-se os resultados da pesquisa sobre as soluções ou medidas que poderiam melhorar a gestão do calendário escolar durante períodos de estiagem na perspectiva dos professores. A partir do levantamento a maior parte, 40%, indicou a



necessidade de ajustes no currículo ou nas atividades escolares, buscando adaptar o ensino às circunstâncias. Além disso, 20% mencionaram a importância do planejamento antecipado para situações de emergência, o que pode ajudar a minimizar os impactos de crises futuras, 10% apontaram a melhoria na comunicação com a comunidade escolar, essencial para garantir que todos estejam informados e engajados, 10% dos professores mencionaram a importância da flexibilidade no calendário escolar como uma estratégia útil para lidar com as adversidades, mesmo quantitativo (10%) destacaram a necessidade de utilizar recursos adicionais para suporte pedagógico durante períodos de crise e 10% defenderam a redução no número de dias letivos como uma medida direta para mitigar as dificuldades enfrentadas. Essas observações indicam que, embora as alterações tenham gerado desafios, também abriram espaço para discussões sobre adaptações e soluções que possam beneficiar a comunidade escolar em momentos críticos.

Como professores, sabemos que a seca traz muitos desafios para a rotina escolar, é por isso que algumas mudanças poderiam melhorar a gestão do calendário nesses períodos difíceis. A maioria de nós vê a necessidade de ajustar o currículo e as atividades, tornando o ensino mais adaptável às condições da região. Além disso, um planejamento antecipado para situações de emergência ajudaria a minimizar os impactos das crises futuras. Melhorar a comunicação com a comunidade escolar também é essencial para garantir que sejam informados e possam ser organizados da melhor forma. Outra medida importante seria tornar o calendário escolar mais flexível, permitindo ajustes conforme a realidade de cada período. Alguns colegas também sugerem o uso de recursos pedagógicos extras para apoiar os alunos durante esse período e até a redução do número de dias letivos como uma alternativa para lidar com as adversidades (D. C – Escola Paulo César da Silva Nonato – rio Tarumã – Açu, set. 2024).

Ao questionar os professores sobre o que poderia ser feito para minimizar as implicações para o ensino e aprendizagem durante períodos de estiagem e seca, as sugestões da maioria dos docentes enfatizaram a necessidade de implementar mais recursos para aulas remotas, com 50% dos entrevistados apoiando essa ideia, o que indicaria uma busca por alternativas educacionais mais acessíveis, 20% dos informantes sugeriram melhorias na infraestrutura de transporte, visando facilitar o deslocamento. Outros 20% destacaram a importância de criar mais opções de transporte escolar, ampliando as alternativas disponíveis para os estudantes. Por fim, 10% mencionaram a necessidade de melhorar a comunicação entre a escola e as famílias, um aspecto crucial para garantir que todos estejam alinhados e informados sobre as mudanças necessárias. Essas sugestões evidenciam a preocupação dos professores em assegurar uma educação contínua e de qualidade, mesmo em períodos desafiadores.

Durante os períodos de estiagem e seca, o ensino e a aprendizagem ficam comprometidos, e nós, professores, buscamos soluções para minimizar esses impactos. A maioria de nós acredita que investir em mais recursos para aulas remotas ajudaria bastante, pois assim os alunos podem continuar aprendendo mesmo quando não conseguem chegar à escola. Também vemos a necessidade de melhorar a infraestrutura do transporte, pois a localização é um dos principais desafios. Além disso, ampliar as opções de transporte escolar seria uma alternativa importante para garantir que os estudantes consigam frequentar as aulas regularmente. Outra questão essencial é a comunicação entre a escola e as famílias, que precisa ser mais eficiente para que todos sejam informados e organizados diante das mudanças. Nosso objetivo é garantir que, mesmo em tempos difíceis, os alunos não enfrentem muitos problemas (L.M – Escola Paulo César da Silva Nonato – rio Tarumã – Açu, set. 2024).



Por derradeiro, ao serem consultados sobre as razões para a alteração no horário das aulas, os dados mostram que 70% dos professores citaram as condições climáticas extremas como a principal justificativa, indicando a necessidade de ajustar os horários para proteger a comunidade escolar dos efeitos adversos do clima. Além disso, 20% dos informantes enfatizaram a importância de garantir condições adequadas para a saúde e segurança de todos. Por último, 10% mencionaram problemas com transporte como um fator que contribuiu para as mudanças nos horários. Esses resultados evidenciam a urgência de adaptações no calendário escolar para assegurar a continuidade do aprendizado em condições desafiadoras.

Nessa perspectiva, validamos que o tempo do rio, com suas variações sazonais, é um elemento fundamental na organização da educação do campo na Amazônia ribeirinha. Esse fator determinante influencia a dinâmica escolar, afetando o acesso físico às escolas, as práticas pedagógicas, a frequência escolar e as interações entre alunos e professores. As condições impostas pela vazante e pela seca exigem resiliência e adaptação, refletindo a realidade vivida pela comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, inferimos que as escolas do campo na Amazônia ribeirinha apesar de possuírem o território caracterizado por sua localização às margens de rios ou igarapés, são como um barco à deriva, desamparadas por políticas públicas, singrando em meio a desafios sem o suporte necessário para garantir uma educação de qualidade. Essa metáfora ilustra a vulnerabilidade dessas instituições, que enfrentam dificuldades em seu funcionamento e na formação de seus professores, necessitando de intervenções efetivas que promovam a resiliência e a adaptação ao contexto ribeirinho. Essa lacuna na formação limita a exploração das especificidades das territorialidades ribeirinhas, restringindo a construção de metodologias educacionais que sejam verdadeiramente adaptadas ao contexto local. Partindo dessa realidade, o professor ribeirinho é frequentemente "forçado" a se adaptar anualmente às condições da estiagem e seca para ministrar suas aulas.

Nesse diapasão, as políticas públicas elaboradas para a Amazônia precisam reconhecer a diversidade de modos de vida, dinâmicas econômicas e múltiplas territorialidades que se entrelaçam em um "fenótipo amazônico", incluindo sotaques, religiosidade, culinária e logística fluvial. Como afirmou Porto-Gonçalves (2001), a Amazônia é, na verdade, constituída de "amazônias", refletindo sua rica diversidade e complexidade.

Por fim, ao observar a realidade estudada, percebe-se que o currículo escolar municipal apresenta uma estrutura semelhante ao currículo urbano. No entanto, os professores buscam adaptar seu planejamento à realidade local, tentando ajustar, ainda que de maneira parcial, às situações que surgem anualmente. É fundamental repensar e implementar uma educação específica para esses ambientes, levando em conta seus variados contextos e desafios. Isso significa desenvolver um currículo que reflita as particularidades da vida ribeirinha, integrando conhecimentos que valorizem a cultura local e as condições sociogeográficas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Danielle Golvim da Silva; COSTA, Francimara Souza da. Resiliência pedagógica: escolas ribeirinhas frente às variações de seca e cheia do Rio Amazonas. **Revista Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. 1-18, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S1678-4634202147230347>. Acesso em: 19 set. 2024.



ALMEIDA, D. A. *et al.* O ritmo das águas e o cotidiano das escolas ribeirinhas de Parintins, AM: educação do campo na escola Municipal São Sebastião. In: IX Simpósio Nacional de Ensino e História de Ciências da Terra, 2019, Campinas. **Anais**. Campinas: UNICAMP, 2019. p.130-136.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Indagações sobre currículo: educandos e educadores - seus direitos e o currículo. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre o currículo do ensino fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2007, p. 1-52.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

COSTA, E. M. C. Escolas ribeirinhas e seus desafios: faces da educação do campo na Amazônia Marajoara. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 142-160, julh./set. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/37413>. Acesso em: 26 agost. 2024

CRISTO, Ana Cláudia Peixoto de. **Formação em alternância nas Amazonas: a Licenciatura em Educação do Campo/UNIFAP-AP e as interfaces com a educação-trabalho-território**. 2021.196 f. Tese (Doutorado em Educação – Ciências da Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

FILIZOLA, N. et al. **Cheias e secas na Amazônia: breve abordagem de um contraste na maior bacia hidrográfica do globo**. T e C Amazônia, v. 4, n. 9, p. 42-49, 2006. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/2653.pdf>. Acesso em: 26 agost. 2024.

FRAXE, T. J. P.; Pereira, H. S.; Witkoski, A. C. Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007. 224 p.

GLÓRIA, S. A. **Estudos hidrológicos como subsídio para a melhoria do acesso dos alunos do ensino fundamental às escolas ribeirinhas na bacia do Tarumã-Mirim - Manaus/AM**. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Amazônia, território e ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas.

GROTBERG, Edith Henderson. Introdução: Novas tendências em resiliência. In: MELILLO, Aldo et al. (org.). **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 15-22.

MACIEL, J. S. C. et al. CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Boletim de Alerta Hidrológico da Bacia do Amazonas. Brasília: CPRM, 2024. 16 p. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/22395/3/Guia_elaboracao_referencias_rede_ametista.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

OLIVEIRA, J. S. B. Os ribeirinhos da Amazônia: das práticas em curso à educação escolar. **Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, n. 32, p. 73-95, jan/jun. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/49336>. Acesso em: 19 set. 2024.

PANTOJA, Rildo Alberto; BORGES, Heloisa da Silva; OLIVEIRA, Márcio de. O território entre o rio e a floresta: contribuições sobre a educação do campo e o ensino de geografia na Amazônia ribeirinha. *Revista Território e Cidadania*, Vitória, v. 1, n. 3, e3653, 2025.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, amazônias**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2001. 178 p.

RODRIGUES, Gilberto César Lopes. Quando a escola é uma flexa: Educação Escolar Indígena e Territorialização na Amazônia. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 8, n. 3, p. 396-422, set./dez. 2018.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. **Movimento Revista de Educação**, Niterói, v. 3, n. 4, p. 54-84, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>. Acesso em: 19 set. 2024.

SANTOS, Jenijunio dos. **A formação de educadores e o território ribeirinho da Amazônia**: a Licenciatura em Educação do Campo na contra-hegemonia do capital. São Paulo: Editora dialética, 2023. 208 p.

TAVARES, José. Resiliência e equilíbrio emocional na escola. **Revista Conhecimento & Diversidade**, Niterói, n. 11, p. 65-78, jan./jun, 2014. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/1741. Acesso em: 19 set. 2024.